dos R$1,5 mil o valor do financiamento que ela consegue é bem baixo. Valor de financiamento, valor de subsídio do Minha Casa Minha Vida Faixa 1,5 ainda sobra uma diferença provavelmente. Essa diferença será aportada pelo Poder Público ou terá que ser aportada pela própria família como forma de entrada, como seria se eu fosse comprar um imóvel no mercado? Como é que funciona essa equação para as famílias da Faixa 1,5, Faixa 2 e Faixa 3 também. Você já tem esse cálculo de quanto de dinheiro a prefeitura terá que investir efetivamente para viabilizar? E a terceira parte também que fiquei bastante confusa, você falou que a fonte pode ser FGTS, mas podem ter outras fontes. Outras fontes terão outras regras. Então, se entendi como foi explicado, o privado recebe o terreno em concessão. Constrói. Comercializa e, portanto, a família deve ao financiador, se for FGTS, ao FGTS, sendo outro, a outro. E a questão das contraprestações envolve exatamente o quê? Já tem dimensionado financeiramente qual o valor que a prefeitura envolve nesse processo? Então, é basicamente de dinheiro, não consegui entender as contas e quanto isso impacta num orçamento do município, em que rubrica a cada ano de efetivação da PPP. **Sr. João Farias - Manoel. Sra. Evaniza –** Poxa! **Sr. João Farias -** Já vou responder, até porque vou responder parcialmente, não tenho todas as informações que você passou, como você sabe, a PPP e eu somos novos aqui, então, estamos nos conhecendo. **Sr. Manoel -** Já fui contemplado pelos anteriores. **Sr. João Farias -** Alexandre Bonfim (Kiko). **Sr. Alexandre Bonfim (Kiko) -** Primeiro, estava perguntando às companheiras quando foi a última reunião do Conselho, que nem me lembro. Era para ter acontecido na quinta-feira. Mudou. Ficamos muito tristes que o companheiro que estava aqui não teve tempo para se preparar e ficar até o final. Acredito que todos que estão aqui vieram para esta reunião por conta dessa PPP. Aí fica mais do que claro na fala do companheiro – Não gosto de falar, tem que estar aqui para ouvir – que parece que a Faixa 0 desde o Governo Federal não está contemplada, não faz parte deste mundo. Faixa 0 tem que ser igual tartaruga, tem que ter a casinhas nas costas. Ou igual joão-de-barro, fazer sua casinha você mesmo. A discussão que ele disse que teve aqui sobre a PPP não ficou bem claro. Acho que não aconteceu, só se eu estiver maluco. Ele fala que o Chucre estava presente. Agora, atual Secretário, ver se podemos aprofundar essa discussão, porque ainda temos muita dúvida. Não pode vir falar que o fato está feito e acabou. Acho que entendi errado, quando ele fala na primeira pergunta: A lei foi feita pelo outro, o que vale é a lei, não vou fazer agora. Isso é muito ruim: ou segue a lei ou não segue. Ou não existe lei, não existe Conselho. Para que estamos aqui então? As coisas são decididas e estamos aqui só para dizer Amém. Não estamos aqui à toa. Muitos trabalham, se programam para estar aqui. Até mudou a reunião que se programou. Chega aqui e não está aqui para responder nossas perguntas, mas faz parte. A pergunta é: à medida que se viabilizar a construção de mais de 13 mil unidades habitacionais na cidade, ou seja, ao longo dos anos, se vão dar dois, três ou seis anos, um investimento previsto de aproximadamente R$2,2 milhões pela iniciativa privada e com terrenos concedidos pelo município. Se todos os terrenos são concedidos mesmo pelo município? E se existe processo de desapropriação em curso? Para sabermos sobre isso, porque temos muita dúvida aqui, mas quero ser breve, porque temos mais pontos para discutir e estamos parados nisso daí. **Sr. João Farias -** Vou começar responder aquilo que me sinto preparado para responder, começando pela pergunta do Alexandre Bonfim (Kiko). Primeiro, Alexandre Bonfim (Kiko), todo mundo tem o direito de falar o que quer e pensa, respeito, a essência da democracia é respeitar o contraditório, opinião diferente. É evidente que não concordo com suas observações, mas respeito, entendo que é legítimo, perfeito, não será esse impeditivo para continuarmos avançando, não temos nenhuma dificuldade de discutir a PPP aqui no Conselho Municipal, só não podemos achar que a competência de decidir se a PPP vai acontecer ou não é do Conselho Municipal, porque neste caso específico não é, porque está regido por outras regras, que são as regras das concessões do município. Lógico que o fato de se tratar de questão habitacional, até por uma questão prática e respeitosa é fundamental que o Conselho possa opinar, conhecer, deva ter conhecimento, possa dar sugestões. Aí, se não foi feito no passado, não posso responder por aquilo feito lá atrás, mas posso dizer que não temos nenhuma dificuldade em dar continuidade a este debate, porque uma parte do lote da PPP inclusive tem um deserto. Eram 12 lotes, apenas 6 teve proposta. Então, nada impede que continuemos a discussão. Segunda coisa, aí é um pouco do meu estilo, meu jeito sincero. A PPP é para 20 anos, estamos discutindo como se fossem começar as obras no mês que vem e no ano que vem um monte de gente fosse pegar a casa, o pessoal que não é Faixa 1 para cima não vai pegar casa. A PPP é um projeto iniciado para 20 anos. Algumas podem começar ainda este ano, posso dizer a vocês que acho que a Petrobrás, até por conta da disposição dos ganhadores do lote é possível que comece cedo para entregar no ano que vem, mas não necessariamente essa regra é para todas. Essa é a primeira coisa. A segunda, fico ouvindo alguns aqui falar e parece que antes da PPP existia um grande programa habitacional na cidade de São Paulo para a Faixa abaixo de 1, que acabou e agora entrou a PPP. Não existia, o que existia e o que existe no Brasil é o Minha Casa Minha Vida, que é totalmente subsidiado pelo Governo Federal, e que hoje o atual Governo Federal – Não estou discutindo se o Governo está certo ou errado, tenho minha opinião em relação a isso e acho que a maioria sabe – fez uma opção de não dar continuidade à política habitacional para atender essa população de Faixa até 1. Essa decisão não é da Prefeitura de São Paulo. E os prefeitos que aqui passaram, inclusive o que está e os que o antecederam, só produziram unidade habitacional nos últimos 10 anos através do Minha Casa Minha Vida Faixa 1. Ou produziu de outros? Alguém aqui pode me falar algum outro programa habitacional para a população de vulnerabilidade que vai até Faixa 1, feito pelo Haddad, Kassab, Serra... **Sra. Samira -** Tem certo tempo. **Sr. João Farias -** Tem certo tempo, desde a gestão do Michel Temer e vem diminuindo, mas se você pegar a gestão do Michel Temer já foi assinado uma série de contrato de FDS, inclusive para algumas entidades que estão aqui, e que o Governo atual... **Sra. Samira -** Desde 2016. **Sr. João Farias -** ...e que o Governo atual brecou. Então, vamos pegar o seguinte, a Prefeitura de São Paulo não está acabando com Faixa 1 do Minha Casa Minha Vida. Muito pelo contrário, a Prefeitura de São Paulo está dando uma mensagem para Brasília, que ela acha que tem que continuar com Faixa 1 do Minha Casa Minha Vida – Por isso estou indo para lá amanhã, por isso mudamos a lei na Câmara para estabelecer a construção de mais 1.560 unidades, por isso estamos nos reunindo aqui. É lógico que se for para fazer só discussão paralela também posso fazer, entrar na onda: Meter o pau no Governo Federal, não foi previsto no orçamento, não tem nada no orçamento, não tem dinheiro, a prefeitura está com dificuldade financeira, o país está em recessão. Também dá para fazer discussão paralela. Não é essa nossa intenção. Sou daqueles que acha que o município tem que cobrar alternativa para arrumar moradia para essa população, porque a pressão na Secretaria de Habitação é dessa população, não é de quem vai participar da PPP, porque a PPP é um instrumento importante, porém, é muito similar ao que existe do Governo Federal, que hoje Minha Casa Minha Vida Faixa 1, 2, 3, antigamente era FAR, que é para quem tem nome limpo, mínimo de renda, pode financiar e o Governo eventualmente entra com um pouco de subsídio. O grande problema habitacional do Brasil e em São Paulo é com a população que não tem renda, que têm problemas com o nome, que têm filhos em situação de vulnerabilidade, que não trabalham, que tem renda informal, que não pode financiar porque renda informal não serve para as instituições financeiras, que era o que atendia Minha Casa Minha Vida de 0 a 1. Então, quero pedir a vocês, fazer um apelo, não vejam a PPP como adversária de quem defende o atendimento à habitação de população de baixa renda, de 0 a 1, porque nós da prefeitura, o Secretário, o Prefeito estamos empenhados em tentar encontrar uma alternativa para o pepino que o Governo Federal colocou no colo de todas as prefeituras, não só da de São Paulo. Mas especial da capital, porque a quantidade de demanda que temos. Vamos conseguir resolver? Não vamos, assim como não resolveu quando tinha Minha Casa Minha Vida Faixa 1, mas vamos achar uma alternativa, vamos construir isso juntos. Então, ao invés de ficarmos nos apegando aqui para dar pau na PPP, e vou repetir, cada um tem sua opinião, inclusive alguns têm opinião do ponto de vista ideológico, que é legítimo, respeito. Mas não é ela, vocês podem ter certeza absoluta que será a bandeira prioritária da política habitacional da cidade de São Paulo, porque sabemos qual é o público que precisamos atender. Eu sei, o Bruno sabe, o presidente da COHAB sabe, ela é mais uma ferramenta para atender um público em São Paulo que também precisa de unidades habitacionais. E se não tiver uma ferramenta que permite acontecer não vai ter. E mais, a PPP leva muito pouco, quase nada de recurso da municipalidade. Aonde ela começa a captar recurso? Por exemplo, quando entramos num terreno, começando a responder a pergunta da Evaniza, veja, se utiliza da PPP o mesmo critério que se utiliza no Minha Casa Minha Vida. Você tem que fazer uma composição de tudo isso. E é claro que o terreno entra na composição do custo da obra. Como a prefeitura subsidia uma parte do empreendimento utilizando inclusive um percentual desse empreendimento para atender uma demanda específica dela, a composição do preço no geral é que vai definir qual é a participação de cada ente. É evidente que a participação maior é da iniciativa privada, porque cabe a ela o aporte imediato para a construção das unidades. Não acontece como acontece, por exemplo, dos empreendimentos da Caixa: começa a obra. Mede uma parte. Recebe o dinheiro. Vai continuando a obra. **Sra. Evaniza -** Ela não vai poder comercializar o começo? **Sr. João Farias -** Ela até pode comercializar o começo, mas ninguém começa a pagar no começo. Posso estabelecer quem vai morar, mas a pessoa começa aportar recurso... (Manifestação fora do microfone) **Sr. João Farias -** Vou pensar eu, ente público, que resolvi que vou ter 15% daquela parte que me permite de até 1%, que vou fazer o subsídio para chegar ao preço daqueles 15%. Só começo a fazer esse aporte depois da unidade entregue. E nas prestações também vou ter aporte, elas são diluídas da quantidade de prestações, não é um aporte direto, bruto, de uma vez só. **Sra. Evaniza -** Do estado é direto. **Sr. João Farias -** Do município é diluído. **Sra. Evaniza -** Onde acho isso? **Sr. João Farias -** Não sei te dizer, porque estou reproduzindo aqui o que já ouvi dos técnicos que elaboraram o edital. Não consegui decorar o edital inteiro pelo tamanho dele, mas tive uma reunião com os técnicos da COHAB para entender a PPP, me passaram informações, conhecer um pouco. Não participei dessa construção, não estava na Secretaria na época, nem como Adjunto, muito menos como Secretário, eu era Secretário de Esportes, nessa época discutia futebol, vôlei, handebol, queimada, enfim, confesso a vocês que na verdade é mais gostoso. Então, posso levantar, marcar uma reunião e discutir. Mas posso garantir que a intervenção do município do ponto de vista de aporte financeiro, além de ser menor do que é hoje no Minha Casa Minha Vida, é de forma diluída, e se dá a partir do momento do empreendimento pronto. Então, cabe às construtoras a responsabilidade de aportar recurso para começar, terminar a obra, para poder inclusive começar a receber o investimento dela. Ela vai ter lucro? É óbvio que vai ter. Vocês já viram alguém construir alguma coisa de graça para a gente? O Minha Casa Minha Vida as construtoras que fazem também tem lucro. Essa matemática, essa equação de aporte dos recursos como vai se dar, se vai ser por critério de concessão, te peço, se me permitir, marcarmos uma conversa. **Sra. Mariza -** Poderia marcar uma extraordinária. **Sr. João Farias -** Não vejo nenhum problema, uma pauta específica sobre a PPP. **Sra. Mariza -** Uma apresentação, dados. **Sr. João Farias -** Fechado, vamos marcar. Todo mundo de acordo? **Sra. Mariza -** Preparamos essa pauta, as questões. **Sr. João Farias -** Ótimo, Samira, me passe antes as principais dúvidas que já vou passar ao pessoal da COHAB: As dúvidas são essas, nos faz uma apresentação em cima das dúvidas e discorremos de forma mais tranquila. Paula. **Sra. Paula -** A questão em relação à PPP eu deixarei para a próxima extraordinária. Fiquei com uma dúvida em relação ao que você falou do investimento do Banco Santander, que temos duas opções. Uma são as obras que estão em construção, outra são as novas. Estão optando 100% pelas novas ou estão pensando nessas em construção também? **Sr. João Farias -** Temos duas possibilidades. Esse recurso, para vocês entenderem, dos R$200 milhões já temos depositado na Caixa Econômica Federal aproximadamente R$60 ou R$70 milhões, que foram destinados como aporte para alguns programas de entidade que já estavam aprovados na Caixa. Não vou me lembrar do nome de todas, mas lembro do nome de um: Copa do Povo, era um aporte da prefeitura, dos R$20 mil para aquela unidade, o Copa do Povo é um deles, o FDS que ia dar aporte, o projeto executivo estava aprovado na Caixa Econômica. Já tinha passado pela fase 1 da Caixa Econômica, o Governo Federal veio e paralisou. O dinheiro está lá reservado, carimbado e ainda não foi utilizado porque o Governo Federal não autorizou a Caixa Econômica a soltar o recurso para se iniciar de forma efetiva o empreendimento do Copa do Povo e mais outras entidades, não me recordo o nome agora, que soma esse montante. Dos R$130 milhões, estão R$30 milhões depositados na conta da prefeitura e R$100 milhões no Banco Santander aguardando o ok da prefeitura para fazer o aporte. Fizemos uma opção, tínhamos dois chamamentos longos, que foram feitos em 2014 na zona leste para construção de 1.580, 1.560 unidades, sendo uma parte em Guaianases e uma parte em Itaquera. Se conseguíssemos mudar a lei da Câmara, como já foi alterado, e a Caixa Econômica se convencer e aportar R$16,9 mil conseguimos imediatamente começar as obras, porque já tem chamamento, já tem área, já tem empresa contratada. É só dar ordem de serviço, iniciar as obras, vamos ter mais 1.560 unidades para atendimento exclusivo da Faixa 1. **Sra. Evaniza -** Não estão cancelados no Ministério? **Sr. João Farias -** Não estão cancelados, não teve aporte da Caixa Econômica Federal, não é FDS, é o FAR. **Sra. Evaniza -** O ministro cantou de galo que cancelaram. **Sr. João Farias -** Ele não cancelou, o que preciso hoje, só consigo efetivá-lo, mesmo sendo o majoritário e o aporte, se a Caixa Econômica for parceira, porque o chamamento está na Caixa: achar outra área, licitação, todo aquele procedimento. Nossa opção, se conseguirmos o aval do Governo Federal, da Caixa amanhã, acho que vamos conseguir, da Caixa R$16,9 mil, são R$130 milhões, vamos construir mais 1.560 unidades, sendo 400 e poucas na região de Itaquera e outras 600 e poucas na região de Guaianases. Esse é um debate que temos de fazer juntos no Conselho, ainda não estabelecemos qual demanda será atendida, porque não tem demanda vinculada, não faz parte de nenhuma operação urbana, são 1.560 unidades que vão entrar no crédito da Faixa 1, pode ser pela lista da COHAB, pode ser pela lista do mutirão, pode ser pelas entidades, pode ser uma mescla de tudo isso. Aí vamos discutir juntos como solucionar esse problema oportunamente. Caso não possa usar o recurso que está destinado para os programas de FDS já aprovados pela Caixa, porém, não foram autorizados, terei outros R$70 milhões, que vamos discutir de que forma vão ser utilizados, podendo inclusive se necessário servir para fazer aportes específicos de alguns empreendimentos que estão faltando para ser concluídos. Então, se acontecer de não usarmos o recurso que já está vinculado, que a Caixa parou, aí vamos discutir os R$70 milhões. Os R$130 são para construir as 1.560 unidades. **Sra. Paula -** Essa dúvida era mais por conta do fim do Minha Casa Minha Vida 1, que queria saber se a prefeitura tinha algum plano B, sei lá, para os empreendimentos que estão sendo construídos. **Sr. João Farias -** Um dos planos é a possibilidade de mudança do FUNDURB, que comentei no início da reunião, que disponibilizaria para a Secretaria de imediato R$204 milhões, que é um recurso que tem para aquisição de terreno. Neste ano uma parte está comprometida em desapropriações, ...(inaudível)..., mas é um valor não muito grande, sobraria um bom recurso que poderia, por exemplo, ser utilizado para aportes de socorro como esses. Mas ainda depende de um debate que vamos fazer com o Conselho do FUNDURB e Câmara Municipal, mas queremos matar esse assunto no máximo até o final de julho, para ter uma definição até início de agosto. Esther. (Manifestação fora do microfone) **Sr. João Farias -** Tem, até agosto. (Manifestação fora do microfone) **Sr. João Farias -** Se passar disso nós vamos ter de usá-lo em algum lugar. (Manifestação fora do microfone) **Sr. João Farias -** Não, porque assinei um contrato com o Santander, preciso honrar senão pago multa, então, o que vamos fazer? Se os R$70 milhões não puderem ser usados onde estão, na parte para fazer o Copa do Povo – Alexandre, poderia só levantar para mim quais são os outros três empreendimentos, ou entidades vinculadas aos R$70 milhões, você se lembra? **Sr. Alexandre -** Copa do Povo, Catumbi, Dona Bela. **Sra. Evaniza -** Belém está? (Conversas paralelas) **Sr. Alexandre Bonfim (Kiko) -** Rondon também? **Sr. Alexandre -** Rondon. **Sr. João Farias -** São esses. Se a Caixa Econômica Federal falar amanhã, ou o Governo Federal falar amanhã "Secretário, nós não vamos autorizar o início das obras nesse empreendimento para as entidades que tem o recurso aportado lá". Vamos pegar os R$70 milhões de volta e aplicá-los em outro local, ou fazendo aporte em empreendimentos de FDS que estão em andamento e estão com dificuldades financeiras, ou discutir utilização desse recurso para fazer retrofit, enfim, não sei, não me pergunte. O que sei hoje é que temos destino para os R$130, porque a priori R$70, trabalho com a hipótese de que o Governo não vai ser tão irresponsável a cancelar projetos tão avançados, por exemplo, no caso do Copa do Povo. Já estava na fase 2 na Caixa Econômica Federal. Já gastaram dinheiro, tem projeto executivo contratado e aprovado, tem uma série de complicações no empreendimento que será uma grande sacanagem receber... **Sra. Evaniza -** Tem cerca de 3 mil unidades. **Sr. João Farias -** Não sabemos o que vai acontecer, é um debate que faremos em breve, Paula, precisamos dessa definição, porque meu prazo é agosto, até agosto tenho de dizer ao Santander onde coloquei o dinheiro. Então, vamos cuidar disso. Esther. **Sra. Esther -** Boa tarde a todos. Só para dizer que já fui contemplada, era a questão da demanda mesmo, se já poderia colocar suas demandas, suas famílias, e já fui contemplada. Obrigada. **Sr. João Farias -** Vanessa. **Sra. Vanessa -** Boa tarde a todos e todas. Sou Vanessa da Secretaria de Habitação, Defensoria Pública. Quero falar aqui, a defensoria vem acompanhando a política habitacional do munícipio e do estado há muito tempo, estamos aqui porque de fato existe uma preocupação com os critérios de atendimento e a forma como será executada a política, o programa da PPP no âmbito municipal. Existe uma preocupação principal com dois pontos. Ouvimos hoje do Secretário, do Iapequino falando sobre que isso é só mais um ponto, que é uma complementação da política habitacional do município. Ouso discordar um pouco nesse ponto de que se é uma das políticas do município tem que estar integrada com as demais políticas. Para conseguirmos acompanhar e saber se o município vai garantir atendimento, por exemplo, aos grupos mais vulneráveis precisamos ter informações sobre o programa da PPP, especialmente os recursos públicos que serão destinados a essa política. Essa é nossa intenção de estar aqui, porque a partir da leitura do edital apenas, várias informações que foram solicitadas hoje não constam do edital simplesmente. Então, a defensoria pública tem uma preocupação especial com o atendimento aos grupos vulneráveis, não só os que não têm renda dentro do financiamento da PPP. Não que estejamos dizendo que eles têm que ser atendidos na PPP, não é essa a intenção. A intenção é entender como na política municipal como um todo eles serão atendidos. É uma preocupação justamente porque hoje, você mesmo falou, Secretário, que os grupos que mais precisam são justamente aqueles que não têm renda, de crianças e adolescentes acolhidos, de idosos que não tem renda suficiente e nem podem contratar um financiamento, como dos outros grupos que já estão previstos inclusive na Portaria 131 da SEHAB. Para eles, a revisão da Portaria 131 demonstra que esses grupos não serão atendidos nem pelo atendimento provisório, que dirá pelo definitivo. Então, essa é nossa principal preocupação em relação a esses grupos, qual o planejamento, mesmo que não seja, lógico, não estamos discutindo que a prefeitura ou a Secretaria vai ter do dia para a noite recursos enormes para realizar todas as políticas necessárias, mas com os recursos que existem hoje, com os que podem ser alcançados nos próximos anos, como será feito o planejamento para a política. E não que esse atendimento seja excluído da política habitacional, afinal a política pública, como diz o próprio nome, é pública e precisa estar embasada em critérios técnicos, em estudos técnicos que demonstrem porque um recurso público vai ser destinado para habitação de mercado e HIS 2 ao invés de ser destinado para políticas para grupos, como o senhor mesmo disse, que mais precisam. Outra preocupação com esse edital é justamente com os locais que terão remoção, então, como que, além de não ter, que queríamos perguntar principalmente hoje, que as respostas serão postergadas para a próxima reunião ou para outro momento, queríamos questionar justamente em relação a quais os recursos públicos que estão sendo disponibilizados, porque a PPP a princípio parece muito vantajosa para o Poder Público, mas se você for analisar um pouquinho e começar a questionar, não parece ser exatamente como o Iapequino falou, o município não investe nenhum real até receber as unidades, então, queremos saber onde estão esses cálculos de quanto esses imóveis valem, se é concessão ou transferência, qual instrumento será usado para avaliar financeiramente. E quanto todos os outros instrumentos valem. Então, se o município vai desapropriar, qual o custo dessas desapropriações, qual o custo das remoções que ele vai fazer. O auxílio aluguel vai ser pago pela SEHAB? Isso também tem que entrar no custo, por que como a PPP diz "Não vamos ter nenhum custo", mas vocês já estão assumindo que vão ter que pagar auxílio aluguel, então, onde está o orçamento previsto para isso? Porque a PPP estadual tem um exemplo muito triste, diria, de que no ...(inaudível)..., por exemplo, foi gasto um recurso enorme nas desapropriações. Foi construída boa parte dos empreendimentos, a grande maioria das pessoas removidas não foi atendida justamente por não entrar nos critérios de financiamento e estão recebendo auxílio aluguel da SEHAB. Então, no final das contas não é que é um projeto autônomo da COHAB, é um projeto do município com recursos que vem de diversas fontes, inclusive recurso da própria SEHAB, pelo que pareceu. Então, queríamos só pontuar isso, porque nossa preocupação é expressamente com esses grupos mais vulneráveis, como as pessoas serão removidas. Queremos entender, não queremos uma reunião para esses dados, achamos que esses dados tem que ser públicos, como já foi dito aqui, é um tipo de programa que o próprio município contrata uma assessoria para fazer uma engenharia, vai ser complexa, que pelo visto é difícil de ser compreendido, mas que tem ser publicitado da forma mais simples possível, porque senão não vamos ter opinião. Acho que ninguém aqui, dos que ouvi até agora, demonstrou, falou, deu opinião sobre a PPP. Na verdade as pessoas estão querendo informação, porque não conseguimos ter uma opinião a princípio só com o edital, justamente por todas as dúvidas que foram apresentadas. Então, faço esse apelo pela defensoria, vamos acompanhar, queremos estar sempre presentes no acompanhamento da execução da PPP, da mesma forma como sempre estivemos acompanhando a política municipal da Secretaria de Habitação como um todo. Obrigada. (Palmas) **Sr. João Farias -** Maria. **Sra. Maria Helena -** Boa tarde. Meu nome é Maria Helena. Fico muito triste, vou ser bem clara. Estou entre esses milhões de pessoas com baixa renda Faixa 1 que não consegue sua moradia. Estava procurando ali na minha bolsa a minha primeira inscrição da COHAB, tem mais de 33 anos e nunca fui chamada. Qual o critério utilizado? Qual vai ser o critério para essa nova fase? Aí posso enumerar aqui que me enquadro na maioria delas: era mãe, chefe de família, minha renda era baixa. Não comprei casa até hoje, porque assim, ou comia, dava comida para meus filhos, pagava aluguel, água, luz, não tinha como pagar prestação de uma casa. E essa é a realidade do povo que está esperando. Então, quando vamos para esses programas, para esses projetos que nos são apresentados, aí passa de um Governo para outro, outro, quando o outro entra "Ah, não lembro, não fazia parte, não sei". Mas não sabe como, se o povo que está aí consegue ver isso? Não acompanha a política no dia a dia? Não acompanha programa do dia a dia? É cômodo falar isso, é muito cômodo. Tem uma frase "A verdade de tudo isso é que quem mais precisa está de fora". Ficou de fora, vai ser excluído de novo. Então, tenho uma preocupação muito grande, que ontem em reunião com o senhor, em algumas colocações, algumas até pertinentes, algumas que dá para eu pensar em começar a acreditar, mas como já escorreguei, já desacreditei, politicamente o povo não acredita mais. O povo que está aí, que elege, que temos de falar disso, está começando a ficar cansado e enxergar o que não está sendo feito para ele. Quando vem a PPP, que é Parceria Público Privada, porque não é parceria público popular – Como o companheiro Donizete, que hoje não está aqui presente, "cansou", numa passeata que fizemos aqui, viemos até aqui a prefeitura, então, ela sabe – porque parceria público popular seria uma autogestão das entidades? Seria uma parceria com as entidades? Aí acho que falta um pouco de interesse dos governantes de procurar saber mesmo como é que funciona a autogestão. Como que é essa parceria? Será que vocês não vão gastar metade do que estão investindo? Não sou a pessoa mais qualificada para falar disso, mas o pouquinho que sei, tenho clareza absoluta se gastaria metade do que vai se pagar para uma construtora, por quê? Vou dizer, as famílias de baixa renda é que ajuda a reduzir esse gasto, as famílias de baixa renda é que vai para o terreno carpir, carregar tijolo e ajudar a construir. Então, é só uma ideia que passou aqui em minha cabeça enquanto todo mundo estava falando, me senti contemplada com as perguntas feitas, é porque não chamar os movimentos experientes em autogestão para fazer uma parceria com eles. Por que há quantos anos a prefeitura não entrega uma casa? Agora, a prefeitura vai entregar? Vão sim entregar, mas entrega para quem precisa, porque quem ganha R$4, R$5, R$6 mil, nós sabemos que quanto mais ganhamos mais gastamos, mas essas pessoas teriam condições de fazer um financiamento. Essa é a verdade. (Palmas) **Sr. João Farias -** Rapidamente, respondendo à Dra. Vanessa e Mari Helena. Veja, doutora, sem dúvida nenhuma a presença da defensoria pública é fundamental e só contribui no sentido de mostrarmos cada vez mais de que interesse do Governo é inclusive atender uma demanda da cidade de São Paulo no que diz respeito à unidade habitacional, e que estamos atrás de todas as ferramentas possíveis para isso. Quando falamos de unidade habitacional temos que atender e discutir as alternativas possíveis. Aproveito e acabo respondendo à Maria Helena também, tudo se resume ao famoso e maldito, desculpe-me a expressão, dinheiro, porque para construir preciso do dinheiro, seja com a iniciativa privada, seja em parceria de autogestão, seja em mutirão, seja qualquer nova modalidade que se invente de construção de habitação popular. E a verdade é que o Município de São Paulo e os municípios do Brasil nunca tiveram capacidade financeira sem que tivesse participação efetiva dos Governos Federal e Estadual de implantar uma política habitacional eficiente para atender suas demandas. Então, Dona Maria Helena, o problema não é com parceria com as entidades e autogestão. Acho a autogestão um ótimo projeto, e acho que pode ser uma alternativa para a atual realidade, o problema é o dinheiro hoje para, por exemplo, estabelecer uma parceria com a autogestão. Por último, quero lembrar aos senhores e senhoras, por favor, não é pobre só quem está abaixo da Faixa 1, às vezes acabamos com essa impressão que só precisa de habitação popular quem está em situação de alta vulnerabilidade. É muito diferente quem está em situação de alta vulnerabilidade e quem tem uma situação financeira que lhe impede de ter uma casa própria. Falar que alguém que ganha R$4 mil, R$5 mil, R$3 mil têm condições de financiar um imóvel, depende muito. Por exemplo, somos seis, na época eu era pequeno, meu pai como encarregado de segurança ganhava uns 4 contos. Mas para nos sustentar, com seis filhos, não dava para pagar um financiamento de casa própria. Se a realidade mudou, na época era garoto, não consigo enxergar uma família que tem uma renda de R$4 mil e não ter ajuda do Governo Federal, ou Estadual que seja para ter a casa própria dele, senão tiver não consegue ter, em minha opinião. Por isso o Governo Federal fez o Minha Casa Minha Vida Faixa 1,5, Faixa 2, que é para atender a população de baixa renda. É diferente de situação de vulnerabilidade extrema, ou de vulnerabilidade. É aí que entra o Minha Casa Minha Vida Faixa 1 para baixo, porque permite atender quem está desempregado, quem tem nome sujo, quem não tem renda comprovada, e ele é totalmente subsidiado pelo Governo. Diferente, porque para mim, doutora, tem uma diferença grande entre vulnerabilidade ocupacional e vulnerabilidade social. Já falei, é opinião pessoal, sou radicalmente contra a Secretaria de Habitação pagar auxílio aluguel, opinião pessoal, para mim deveria estar vinculado ao desenvolvimento social no caso de família em vulnerabilidade. No caso de remoção acho que tem que ser da Habitação, no caso de chave por chave, área de risco, agora, por vulnerabilidade social, que é o critério da Portaria 131, em especial acho que não deveria estar com a Secretaria de Habitação a possibilidade do auxílio aluguel. E hoje a justiça vive tomando decisões judiciais, inclusive de reintegração de posse em área particular e manda a Habitação pagar auxílio aluguel. Veja, para mim isso é contraditório, porque está tirando inclusive dinheiro da Habitação para poder pensar em construir unidade habitacional. Esse é outro debate e podemos fazer em outra oportunidade. Então, acho que na próxima extraordinária vamos buscar responder mais detalhadamente as dúvidas da doutora, o que foi colocado pela Samira, por todos vocês aqui, porém, queria reforçar com vocês, acho que necessito fazer isso, não vejam aqueles que estão na Faixa 1,5 para cima, até o limite de 3 como adversários daqueles que estão na Faixa 1 para baixo, que já são programas distintos, independentemente da PPP. A Caixa Econômica Federal já trata essas pessoas de forma distinta, não vamos nós também tratar, achando que esse programa não é para atender a população de baixa renda, porque é. Não é para atender a população em vulnerabilidade social extrema, é bem diferente. **Sra. Evaniza -** Aqui, quem tem uma faixa de renda, mas tem uma questão que não temos conseguido: faixa de renda exige a mesma análise de risco de crédito, não é nome limpo e não é renda. Depois do nome limpo e depois da renda tem análise de risco de crédito. Quem não morreu até aí, morre na hora. Então, é possível pensar um fundo investidor em parceria com a Caixa, ou com o Fundo de Garantia, é possível ter esse apoio e ter maior acesso à população nesse segmento de faixa, que tenha renda, mas não tem direito a crédito? Porque direito a crédito infelizmente é o seu histórico de crédito, pesa contra você. A Caixa tem hoje o Feirão para limpar, que pode perdoar até 90% da dívida. Parabéns, só que você fica sujo pelo resto da vida como cliente da Caixa, nunca mais consegue um crédito, então, o que adianta? É igual à limpeza que você faz com pano sujo, limpa e não limpa. Então, acho que precisamos, novamente, sou favorável, sempre fui a trazer recurso do FGTS, mas em quais condições? – O Fernando foi embora, né? – Mas nas condições que tem hoje estamos falando que teremos uma avalanche de gente que não acessará os recursos. Estamos trabalhando com essa demanda e todos os dias vemos isso, famílias que teriam condições de renda para acessar um crédito, mas que não acessam as condições de crédito exigidas pelos programas. **Sr. João Farias -** Acho que poderíamos, a partir das ideias, estou tendo uma ideia louca aqui, o Conselho poderia ser o pai, poderíamos tentar promover aqui em São Paulo um grande seminário, um grande debate com grandes nomes que discutem habitação no Brasil, porque não na América Latina, para discutir alternativas de programas habitacionais, em especial para as grandes metrópoles. E tirarmos aqui uma carta de São Paulo com grandes propostas a partir dessa discussão e apresentar ao Governo Federal. Veja, hoje você propõe assuntos que é pauta eminente de todos os dias de nossa vida aqui na Secretaria de Habitação, que é discutir novas alternativas de programas habitacionais. Recebi o "MOAB", Movimento de Moradia na semana passada, tivemos aí 1 hora pelo menos discutindo exatamente isso. E agora, já que não tem mais o famoso Faixa 1, como vamos atender a população em situação de vulnerabilidade? Como é que vai ser agora? Não, mas podíamos pensar essa alternativa, flexibilizar Faixa 1,5, a prefeitura entrar com o terreno, ter a possibilidade de aumentar. Veja, é isso que precisamos fazer. Não vejo nenhuma

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br sábado, 29 de junho de 2019 às 02:30:29.